



ESTADO DO CEARÁ  
SECRETARIA DA FAZENDA  
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS

**RESOLUÇÃO N.º 034/99**

**1ª CÂMARA**

**SESSÃO DE: 18/09/1998**

**PROCESSO DE RECURSO N.º 1/1181/94 A.I. : 1/244784**

**RECORRENTE: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA**

**RECORRIDO : PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR SÁ**

**CONSELHEIRO RELATOR: SAMUEL ALVES FACÓ**

**EMENTA:** ICMS. Imunidade Intergovernamental Recíproca. A norma contida no art. 150, VI - a, da Constituição Federal de 1988, impede que os entes federados cobrem tributos uns dos outros. Extinção do processo em razão de impossibilidade jurídica do pedido, nos termos do art. 54, I-b da Lei 12.732/97. Decisão por unanimidade de votos e em consonância com o parecer da douta Procuradoria Geral do Estado.

**RELATÓRIO:**

Consta na peça vestibular que a Prefeitura de Senador Sá deixou de recolher ICMS, no tempo hábil, referente às operações efetuadas por meio das notas fiscais apensas às fls. 10 a 28, que foram caracterizadas como “frias”.

Nas informações complementares, os valores objeto da autuação foram discriminadas nota por nota, sendo apurada uma diferença a recolher no montante de Cr\$ 1.585.962,13.

Tempestivamente, a Prefeitura Municipal ingressou com impugnação (fls. 31 a 34).

O processo foi julgado extinto em 1ª Instância em razão da ilegitimidade passiva da autuada (fls. 40 a 42).

A Consultoria Tributária sugere a extinção do processo em razão da impossibilidade jurídica, nos termos do art. 654, I-b da Lei 12.732/97.

O representante da d. Procuradoria Geral do Estado adota o parecer da Consultoria (fls. 51).

**É o relatório.**

## VOTO DO RELATOR:

Inicialmente, deve-se afastar a tese de ilegitimidade passiva da autuada, uma vez que o Superior Tribunal de Justiça - STJ, em reiteradas manifestações admitiu que tanto a prefeitura como o município podem figurar no pólo passivo de qualquer ação, sem que o fato enseje à extinção da ação decorrente da ausência de uma de suas condições.

Na realidade, Prefeitura Municipal e Município são expressões que se equivalem e servem para designar as circunscrições territoriais em que se dividem as unidades federativas.

Quanto à matéria, objeto da presente autuação, deve ser analisada à luz da Constituição Federal de 1988, porquanto envolve entes federados, cuja exigibilidade de impostos é vedada reciprocamente

Na Constituição Federal de 1988, quando se disciplinou o Sistema Tributário Nacional, foram inseridos diversos princípios que devem nortear as ações de todos os entes tributantes, quais sejam a União, os Estados, o Distrito federal e os Municípios.

**“Art. 150 - Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:**

**VI - instituir impostos sobre:**

**a - patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros;”**

Na verdade, a norma supracitada nos revela o Princípio da Imunidade Intergovernamental Recíproca, cuja inclusão na Carta Magna tem uma explicação lógica, a repartição das receitas tributárias.

Como se sabe, os impostos arrecadados pelos entes já referidos são rateados entre si. Desse modo, ilógico os entes federados tributarem-se uns aos outros para depois dividirem as receitas.

Surge-nos, agora, a tarefa de enquadrar o ICMS se patrimônio, renda ou serviços.

Servindo-nos do parecer da douta Consultoria Tributária, temos que os serviços compreendem o ICMS e ISS, portanto, sobre os serviços prestados ou adquiridos pelos entes tributantes não pode incidir o ICMS.

Dessa forma, não se pode atribuir responsabilidade à Prefeitura no que pertine ao ICMS, nem tampouco imputar-lhe a prática da infração sob análise, uma vez que a norma constitucional supracitada impede que haja a incidência de impostos.

Conclui-se portanto, que o presente processo não pode prosperar em razão da impossibilidade jurídica, nos termos do art. 54-I-b da Lei 12.732/97, fato que enseja a extinção do processo.

Ademais, a competência para fiscalizar os Municípios é do Tribunal de Contas dos Municípios.

Isto posto, voto no sentido de que seja conhecido o recurso interposto, negar-lhe provimento, no sentido de que seja mantida a decisão exarada na 1ª Instância, nos termos do parecer da douta Procuradoria geral do Estado.

**É o voto.**

**DECISÃO:**

Vistos, discutidos e examinados os presentes autos, em que é recorrente **CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA** e recorrido **PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR SÁ**

**RESOLVEM** os membros da 1ª Câmara do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do recurso oficial, negar-lhe provimento, no sentido de que seja mantida a Extinção do processo por impossibilidade jurídica, nos termos do parecer da douta Procuradoria Geral do Estado.

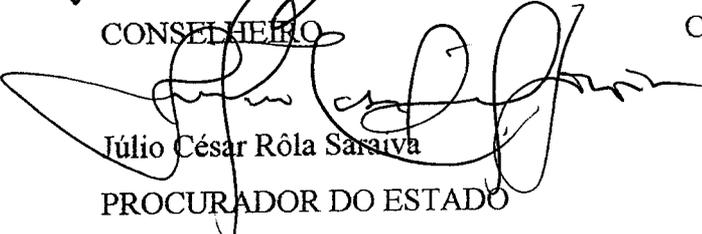
**SALA DA SESSÕES DA 1ª CÂMARA DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS** em Fortaleza, 20 de janeiro de 1999.

  
Roberto Sales Raria  
CONSELHEIRO

  
Dulcimeire Pereira Gomes  
CONSELHEIRA

  
Francisca Elenilda dos Santos  
CONSELHEIRA

  
Raimundo Agenor Moraes  
CONSELHEIRO

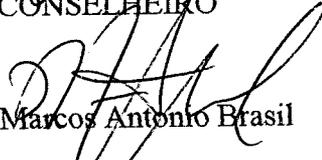
  
Júlio César Rôla Saraiva  
PROCURADOR DO ESTADO

  
Ana Mônica Filgueiras Menescal Neiva  
PRESIDENTA

  
Samuel Alves Facó  
CONSELHEIRO RELATOR

  
Elias Lente Fernandes  
CONSELHEIRO

  
Marcos Silva Montenegro  
CONSELHEIRO

  
Marcos Antonio Brasil  
CONSELHEIRO